INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Danilo Magalhães
Luisa Massarani

O CIENTISTA-ADMINISTRADOR: A ATUAÇÃO DE JOSÉ REIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DURANTE A DÉCADA DE 1940 SEGUNDO A IMPRENSA

MAGALHÃES, Danilo
MASSARANI, Luisa
O CIENTISTA-ADMINISTRADOR: A ATUAÇÃO DE JOSÉ REIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DURANTE A DÉCADA DE 1940 SEGUNDO A IMPRENSA
R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 183 (490): 17-54, set/dez. 2022

Rio de Janeiro
set/dez. 2022

I – ARTIGOS
ARTICLES

O CIENTISTA-ADMINISTRADOR: A ATUAÇÃO DE JOSÉ REIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DURANTE A DÉCADA DE 1940 SEGUNDO A IMPRENSA

THE ADMINISTRATOR-SCIENTIST: JOSÉ REIS' ROLE IN PUBLIC ADMINISTRATION DURING THE 1940S ACCORDING TO THE PRESS

Danilo Magalhães [1]
Luisa Massarani [2]

Resumo:

Polivalente, o cientista e divulgador científico José Reis atuou também na administração pública. Durante o Estado Novo, foi diretor do Departamento de Serviço Público de São Paulo (DSP), órgão responsável por cuidar da gestão e reestruturação do funcionalismo público do estado de São Paulo, de acordo com as premissas de suposta modernização e racionalização do regime. O objetivo deste artigo foi compreender como os jornais brasileiros registraram e representaram a passagem de Reis pela direção do órgão e as demais atividades ligadas à administração pública que ele manteve na década de 1940. Para a realização deste estudo, consultamos a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e os acervos digitais da Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo. Os jornais foram observados levando em consideração seu contexto

Abstract

Apart from being a versatile scientist and science communicator, José Reis also worked as a public administrator. During the "Estado Novo", he was director of the Department of Public Service of São Paulo (DPS), the agency responsible for managing and restructuring the public service in the state of São Paulo, in accordance with the supposedly modernizing and rationalizing principles of the regime. The article aims to understand how Brazilian newspapers portrayed Reis' time as director of the agency and other activities he carried out in the 1940s as a public administrator. For the study, we consulted the Digital Hemeroteca Digital of the National Library, and the digital collections of the newspapers Folha de São Paulo, O Globo and O Estado de São Paulo. The newspapers were analysed taking into

1 – Pesquisador do Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT). Doutorando em Educação, Difusão e Gestão de Biociências pelo Programa de Pós Graduação em Química Biológica, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: danilomagalhaes@protonmail.com.

2 – Coordenadora do Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT). Pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Doutora em Educação, Gestão e Difusão pelo Instituto de Bioquímica Médica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista Produtividade do CNPq 1B. Cientista do Nosso Estado da Faperj. E-mail: luisa.massarani@fiocruz.br.

histórico e político, bem como seus posicionamentos durante e após o Estado Novo. A análise do corpus de 311 registros em 37 jornais revelou três principais aspectos. O primeiro é a retórica de racionalidade e cientificidade que teria sido adotada por José Reis na condução do DSP e na defesa das reformas propostas pelo regime. O segundo é a existência de dois momentos na cobertura pelos jornais: um primeiro momento de celebração de Reis e um segundo, depois da queda do Estado Novo, de crítica, que resultou na sua exoneração. O terceiro aspecto é a desvinculação na representação pública feita nos jornais entre o cientista pesquisador do Instituto Biológico e especialista em doenças de aves e o administrador público.

Palavras-chave: Divulgação Científica; História da Ciência; Estado Novo; Jornais.

account their historical and political context and their positions during and after the Estado Novo. The analysis of a corpus containing 311 records in 37 newspapers revealed three main aspects. Firstly, the rhetoric of rationality and scientificity that would have been adopted by José Reis in conducting the DPS and in defending the reforms proposed by the regime. Secondly, the existence of two moments in the coverage by the newspapers: a first moment of celebration of Reis, and a second moment of criticism after the fall of the Estado Novo, which resulted in his dismissal. The third aspect shows the dissociation in the public representation made in the newspapers between the scientist at the Biological Institute as an expert in bird diseases and the public administrator.

***Keywords**: science communication; history of science; "Estado Novo"; newspapers.*

INTRODUÇÃO

Ao longo da carreira, cientistas podem exercer funções e ocupar cargos que não costumam se encaixar no imaginário da profissão de cientista. Além das pesquisas, das aulas em universidades, da participação em congressos e do engajamento em atividades de divulgação científica (estas ainda pouco consideradas quando se pensa na profissão), cientistas também se engajam na política científica, participam de instituições do Estado, candidatam-se a cargos de representação política, expressam-se de formas artísticas etc. Exemplos não faltam. O médico sanitarista Carlos Chagas (1879-1934) foi diretor do Instituto Oswaldo Cruz e, por sete anos, diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública. A cientista natural Bertha Lutz (1894-1976) foi deputada federal e atuante nos debates sobre igualdade de gênero. O físico Mário Schenberg (1914-1990) também foi deputado federal, além de crítico de arte. Para a história da ciência, é importante observar esses tipos de atuação não restritas ao estereótipo de um cientista como parte dos complexos processos de institucionalização e profissionalização da ciência.

José Reis (1907-2002)[3] foi um desses cientistas polivalentes: teve atuação de destaque na construção da ciência e na divulgação científica no Brasil[4]. Nascido no Rio de Janeiro, José Reis se formou na Faculdade Nacional de Medicina e no Instituto Oswaldo Cruz. Entre 1929 e 1958, trabalhou como pesquisador no Instituto Biológico de São Paulo (IB),

3 – Para mais informações sobre José Reis, conferir o site do Acervo José Reis, sob a guarda da Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <http://josereis.coc.fiocruz.br/> Acesso em: 21 mai. 2021. Alguns de seus principais textos sobre divulgação científica estão reunidos na coletânea: MASSARANI, Luisa; DIAS, Eliane Monteiro de Santana (org.). *José Reis: reflexões sobre a divulgação científica*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2018.

4 – PAVAN, Crodowaldo; COELHO, Marco Antônio. Círculos sempre crescentes. *Estudos Avançados*, v. 12, n. 5, p. 217-221, 1991; GIACHETI, Linair de Jesus Martins. *José Reis – A ciência que fala*. Dissertação (Mestrado em Jornalismo e Editoração). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2003; NUNES, Osmir de Jesus. *A trajetória do texto de José Reis no percurso da divulgação científica, 1929-2000: uma contribuição para o estudo da formação histórica da divulgação científica brasileira.* Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003; MENDES, Marta Ferreira Abdala. *Uma perspectiva histórica da divulgação científica: a atuação do cientista-divulgador José Reis (1948-1958)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2006; KREINZ, Glória; PAVAN, Crodowaldo; MARCONDES FILHO, Ciro. *Feiras de Reis: cem anos de divulgação científica no Brasil (homenagem a José Reis)*. São Paulo: NJR- ECA/USP, 2007; ABRANTES, Antonio Carlos Souza de. *Ciência, Educação e Sociedade: o caso do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) e da Fundação Brasileira de Ensino de Ciências (FUNBEC)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2008; WELTMAN, Wanda Latmann. *A Educação do Jeca: ciência, divulgação científica e agropecuária na revista Chácaras e Quintais (1909-1948)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Rio de Janeiro, 2008; ALONSO JÚNIOR, Rafael Miguel. *Di(vulgar) a Ciência: José Reis e alguns apontamentos sobre o método*. Dissertação (Mestrado em Literatura) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014; BURLAMAQUI, Mariana Mello; MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro. José Reis e a Ciência Brasileira: escritos nos jornais do Grupo Folha (1947-1963). *Comunicação & Sociedade*. v. 39, n.2, p.185-208, maio/ago 2017; ALVES, Juliana Passos. *A acomodação do discurso científico na produção de José Reis no Grupo Folha (1947-2002)*. Dissertação (Mestrado em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz / Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2018; BURLAMAQUI, Mariana Mello. *Escritos de um caixeiro-viajante das ciências - as publicações de José Reis no Grupo Folha (1947-2002).* Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018; MASSARANI, Luisa; BURLAMAQUI, Mariana Mello; ALVES, Juliana Passos. *José Reis: caixeiro-viajante da ciência*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2018; MASSARANI, Luisa; ALVES, Juliana Passos. A visão de divulgação científica de José Reis. *Ciência e Cultura*, v.71, n.1, São Paulo, jan./mar. 2019.

onde pesquisou especialmente sobre doenças de aves. Foi no IB que Reis iniciou sua trajetória de comunicador científico ou "caixeiro-viajante da ciência", como gostava de se descrever, escrevendo manuais sobre as doenças e circulando pelo interior do estado de São Paulo, transmitindo diretamente aos avicultores os conhecimentos adquiridos em laboratório.

Colaborando com o jornal *Folha de São Paulo* de 1947 a 2002, Reis escreveu sobre diversos temas das ciências, tecnologia e ensino de ciências, destacando as pesquisas e os debates que circulavam no meio científico brasileiro e internacional. Entre 1962 a 1967, foi também diretor de redação da *Folha de São Paulo*. Também escreveu para as revistas *Chácaras e Quintais, Ciência e Cultura* e *Anhembi.*

Engajado na articulação de cientistas, na luta pela profissionalização da ciência e o fortalecimento do amparo à pesquisa, Reis foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em 1948, participou da criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 1951 e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) em 1960.

Além de pesquisador, reconhecido divulgador científico e atuante na política científica, Reis também se envolveu nos debates sobre educação, ensino de ciências e sobre jornalismo científico. Foi um dos protagonistas na introdução de concursos, clubes e feiras de ciências voltados para a juventude no Brasil.

O trabalho exercido por José Reis obteve diversas formas de reconhecimento. Em 1974, ganhou o Prêmio Kalinga, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em 1978, como reflexo da relevância de seu trabalho, o CNPq criou o Prêmio José Reis de Divulgação Científica e Tecnológica, oferecido anualmente aos que mais se destacam na área.

Os estudos sobre a trajetória de José Reis têm se concentrado nas suas contribuições como divulgador científico e, em menor intensidade, na política científica, lançando luz sobre importantes temas e momentos

da divulgação científica e da história da ciência no Brasil. No entanto, uma faceta desse cientista e divulgador científico polivalente permanece pouco conhecida: a de administrador público. Na década de 1940, José Reis assumiu a direção-geral do Departamento de Serviço Público do Estado de São Paulo (DSP), órgão responsável por gerir e reestruturar o funcionalismo público do estado. Destacam-se como valiosos esforços, no sentido de investigar essa faceta de Reis, os trabalhos realizados por Mendes, Alves e Massarani, Burlamaqui e Alves[5] que abordam essa temática e dão sustentação à análise aqui realizada. A entrevista concedida por Reis ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no âmbito do projeto *História da ciência no Brasil*, desenvolvido entre 1975 e 1978 e coordenado por Simon Schwartzman, igualmente apresenta alguns dados sobre esse período da vida do cientista e divulgador científico. Ambas as fontes foram consultadas para a elaboração da seção seguinte, na qual apresentamos as informações atualmente conhecidas sobre a atuação de Reis à frente do Departamento de Serviço Público e as lacunas existentes.

O objetivo geral deste estudo, desenvolvido nas seções subsequentes, foi acrescentar novas fontes para a compreensão da trajetória de José Reis – os jornais impressos – e assim compreender como os jornais brasileiros registraram e representaram a passagem de Reis pelo DSP e demais atividades ligadas à administração pública que Reis manteve na década de 1940.

A passagem de José Reis pelo Departamento de Serviço Público do Estado de São Paulo

O regime do Estado Novo, instaurado pela Constituição de 1937, marcou a vida política e administrativa brasileira. Em nome da eficiência e da racionalidade do Estado como principal motor do desenvolvimento nacional, o regime concentrou o poder decisório no executivo federal, fechando o Congresso Nacional, as assembléias legislativas e as câmaras

5 – MENDES, *op. cit.*; ALVES, *op. cit.*; MASSARANI; BURLAMAQUI; ALVES, *op. cit.*

municipais e substituindo governadores por interventores diretamente nomeados por Getúlio Vargas (1882-1954)[6].

Segundo os princípios do Estado Novo, seria necessário uma maior integração entre os diversos setores da administração pública e o aperfeiçoamento do pessoal administrativo por meio da adoção do sistema de mérito, diminuindo os interesses das oligarquias regionais na ocupação dos empregos públicos. Em 1938, Vargas criou o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) com o objetivo de fazer valer esses princípios em escala nacional, aprofundando a reforma administrativa destinada a organizar e a racionalizar um serviço público forte, centralizado, eficiente e orientado cientificamente[7]. À frente do DASP esteve Luiz Simões Lopes (1903-1994), homem de confiança de Vargas, que se via como elite capaz, portador de uma missão e defensor do interesse de construir a nação[8]. A condução do órgão foi pautada pela importação de modelos e princípios da administração científica norte-americana[9]. Schwartzman[10] registra que a criação do DASP teve o impacto de introduzir na vida cotidiana das instituições públicas brasileiras idéias como sistema de progressão por mérito, profissionalização, carreiras, treinamento técnico de servidores públicos e utilização de métodos científicos na administração. No entanto, como observa Caminha[11], na prática, os novos recursos racional-formais importados foram redefinidos segundo as bases de dominação pessoal já existentes nas lutas políticas pelo controle do Estado brasileiro. Desta forma, argumenta o autor, "o critério legítimo de hierarquização da elite dirigente nacional no período" foi "um amálgama

6 – CPDOC/FGV. *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Diretrizes do Estado Novo (1937-1945)*. 2021. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45> Acesso em 13 ago. 2021.
7 – SCHWARTZMAN, Simon. *Um Espaço para a Ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: MCT, 2001.
8 – CAMINHA, Daniel Ouriques. Luiz Simões Lopes entre administração e política: a trajetória de um dirigente. *Revista De Administração Pública*, v. 53, n. 4, p.640-656, 2019.
9 – SIEGEL, Gilbert. B. *The vicissitudes of governmental reform in Brazil: a study of the DASP*. Lanham: University Press of America, 1978.
10 – SCHWARTZMAN, *op. cit.*
11 – CAMINHA, *op. cit.*

entre o reconhecimento do carisma pessoal e a lógica impessoal da racionalidade formal-burocrática"[12]:

> A importação e a manipulação da administração científica proveniente de instituições de ensino e governamentais norte-americanas não serviram [...] para estruturar um campo acadêmico da administração no Brasil, mas como capital reconvertido nas lutas pelo poder do Estado [...] e dos conhecimentos que conferem sua forma e direção [...] e, consequentemente, para se opor à "velha política" das elites oligárquicas tradicionais e proporcionar às novas elites dirigentes "cosmopolitas" um papel social ampliado, munindo-as de um sentimento missionário e heroico e autorizando-as a intervir legitimamente na construção da nação[13].

A modernização do serviço público foi pautada pela organização de mecanismos formais de ingresso e progressão de carreiras e pelos princípios de organização racional do trabalho[14]. O regime buscou implementar a lógica da formação profissional, da capacidade técnica e do mérito no recrutamento do funcionalismo público, em substituição à da filiação partidária ou da indicação política[15]. Uma das principais ações do DASP foi a sistematização dos direitos e deveres do funcionalismo, definidos no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União. A importância que o funcionalismo público ganhou durante o Estado Novo fez dele uma das bases sociais decisivas para a sustentação política do regime[16].

Durante o Estado Novo, foram criados os Departamentos de Serviço Público (DSP) para realizar as mesmas reformas administrativas em nível estadual. Em São Paulo, Vargas nomeou no início de junho de 1941 Fernando de Sousa Costa (1886-1946) como interventor federal.

Em 1943, José Reis foi convidado, por intermédio de Henrique da Rocha Lima (1879-1956), diretor do Instituto Biológico e genro do in-

12 – *Ibidem*, p.641.
13 – *Ibidem,* p.641.
14 – *Ibidem.*
15 – CPDOC/FGV., *op. cit.*
16 – MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

terventor federal, a assumir a direção-geral do Departamento de Serviço Público do Estado de São Paulo (DSP), em substituição ao antigo diretor[17].

Em entrevista realizada em 1977 sobre sua trajetória, Reis comentou sobre como se deu sua aproximação com o universo da administração: "D urante muito tempo, no Instituto Biológico, fui muito ligado ao Rocha Lima na parte de administração do Instituto. Com isso comecei a estudar problemas de administração geral e das ciências"[18].

Por seu trabalho com doenças aviárias, Reis foi convidado a ser pesquisador por um ano na Fundação Rockfeller. Em 1935, mudou-se com a esposa para Nova York. No período em que viveu nos Estados Unidos, aproveitou para aprender também sobre história da ciência e administração geral e das ciências[19]. Ciente dos interesses de José Reis pela administração pública e dos avanços que tinha feito nos Estados Unidos em seus estudos sobre o tema, Henrique da Rocha Lima apresentou Reis ao interventor[20]:

> Foi com espanto que recebi, mediante o prof. Rocha Lima, o convite do Interventor Fernando Costa, que conhecia meu trabalho e minha participação em comissões administrativas, para ocupar o espinhoso cargo. Não foi sem estranheza que as autoridades administrativas receberam minha nomeação. Um biologista para dirigir o serviço público? Não me atemorizei. Meus estudos e minha prática de administração no Instituto Biológico davam-me a segurança de que precisava[21].

Comentando sobre sua passagem de três anos pela direção do DSP, Reis afirmou: "eu fui o Simões Lopes daqui [de São Paulo]"[22], em alusão às reformas aplicadas pelo diretor do DASP. Ele adicionou:

17 – MASSARANI; BURLAMAQUI; ALVES, *op. cit.*
18 – REIS, José. *José Reis: depoimento, 1977*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010, p.30.
19 – MASSARANI; BURLAMAQUI; ALVES, *op. cit.*
20 – *Ibidem.*
21 – REIS, José. *Argumento e Depoimento*. Manuscrito, 1978, p.52-53. Disponível em: <http://josereis.coc.fiocruz.br/wp-content/uploads/2018/06/argumento-e-dpoimento-1978-reduzido.pdf> Acesso em: 12 ago. 2021.
22 – REIS, *op. cit.*, 2010, p.25.

> Fui para lá e fiz aquilo funcionar, porque não era difícil. Fui fazer o tal plano de reclassificação de funcionários. Não era difícil, eu já sabia, já tinha as bases, já estava habituado com as reformas da Secretaria de Agricultura[23].

Sobre sua atuação à frente do órgão, ainda contou: "passei [...] pela administração pública e levei para ela o mesmo espírito da divulgação, na esperança de abalar as rotinas e balançar ou destruir as teias de aranha que costumavam conter a aplicação de métodos e novas ideias"[24]. Mendes registra que Reis "procurou estabelecer um padrão de comportamento e organização muito parecido ao executado no laboratório", como ele atestou em outro depoimento: "passei a me dedicar a isso, cientificamente"[25].

Durante o Estado Novo, desenvolveu-se uma política de incorporação de intelectuais ao Estado, dando-os acesso às carreiras e aos postos burocráticos em quase todas as áreas do serviço público, como nos Ministérios do Trabalho e da Educação, Justiça e Serviços de Segurança[26]. Miceli, Velloso, Pécaut, Fausto, Diniz, Oliveira e Schwab[27] são alguns dos autores que escrevem sobre a participação dos intelectuais na vida

23 – *Ibidem*, p.30.
24 – REIS, José. Divulgação científica - Depoimento (1977). In: MASSARANI, Luisa; DIAS, Eliane (Orgs.). *José Reis: reflexões sobre a divulgação científica*. Rio de Janeiro: Fiocruz / COC, 2018, p.67.
25 – REIS, *op. cit.*, 2010, p.30.
26 – MICELI, *op. cit.*; SCHWARTZMAN, *op. cit.*
27 – MICELI, *op. cit.*; VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e Poder Político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Monica Pimenta; GOMES, Angela Maria Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982; VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987; PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990; FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira: Tomo III: O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991; DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999; OLIVEIRA, Lucia Lippi. Vargas, os Intelectuais e as Raízes da Ordem. In: D'ARAUJO, Maria Celina (Org). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed.UERJ/ FGV, 1999; SCHWAB, Mariana de Castro. *Os intelectuais no Estado Novo (1937-1945): a trajetória de Paulo Figueiredo e as Revistas Cultura Política e Oeste*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

política do Estado Novo. Imbuídos da missão de diagnosticar os problemas do país e construir um projeto verdadeiramente nacional, muitos intelectuais brasileiros produziram argumentos que legitimaram o modelo político varguista ou se lançaram, eles mesmos, na ação política e na vida burocrática. Segundo esses autores, a aproximação entre os intelectuais e o Estado foi imprescindível para a estrutura ideológica do regime de Vargas, formulando o aparato de ideias e direções da sua doutrina e justificando seu papel na sociedade e na história brasileira. As ciências sociais experimentaram um grande florescimento no período. Os cientistas das ciências naturais também participaram ativamente nos debates, criações e implementações de diversas políticas públicas. Como registra Mendes: "os cientistas não só pretenderam ocupar posições no interior do Estado – agenciando recursos para a pesquisa científica e estabelecendo vínculos com o governo – mas também procuraram influir na opinião pública para a importância da ciência na modernização do país"[28].

O próprio José Reis, antes de ser diretor do DSP, já era ativo nos debates sobre a modernização da agropecuária nacional, a partir de sua filiação institucional no Instituto Biológico e das suas atividades de divulgação científica[29]. Posteriormente, quando Reis iniciou sua atuação de divulgador científico no grupo *Folha*, estava imbuído desse espírito de influir na opinião pública sobre a importância da ciência na modernização do país[30]. É nesse contexto que observamos a atuação de José Reis à frente do DSP: como um exemplo de cientista e intelectual que, acompanhando os homens do seu tempo e imbuído de uma vontade de construir o desenvolvimento brasileiro, durante o Estado Novo se empenhou na modernização do serviço público.

Mendes[31] entende a retórica de Reis sobre a atividade administrativa como característica do momento em que a comunidade científica procurava se estabelecer enquanto tal e fortalecer as instituições ligadas à ciên-

28 – MENDES, *op. cit.*, p.18.
29 – WELTMAN, *op. cit.*
30 – MENDES, *op. cit.*
31 – *Ibidem.*

cia no período pós-década de 1930. Dividindo-se entre ciência e atuação política, cientistas como Reis ocupavam cargos na administração pública sem desvincular-se de um *ethos* científico[32]. A autora argumenta:

> Pela luta da expansão do sistema educacional e do processo de profissionalização da ciência, os cientistas buscaram desempenhar um papel intelectual destinado a pensar e fazer propostas, mediadas pela ciência, para o futuro do país, inseridos na chave de que seriam os representantes em geral da sociedade. Neste aspecto, a posição de José Reis como diretor do DSP, no governo de Vargas, pode ser considerada na perspectiva de que o papel social dos cientistas, como participantes da reforma social, era tão significativo quanto suas eventuais filiações institucionais, políticas ou acadêmicas para conseguirem recursos e condições para suas pesquisas, estabelecendo ligações com o governo[33].

Sobre as reformas que o DSP realizou no período em que foi diretor do órgão, Reis comentou em um trecho intitulado *Há Ciência na Administração* de um manuscrito de 1978:

> Deviam os Estados criar e manter órgãos [...] que, como supersecretaria, unificassem tudo quanto se referisse à administração geral. Um dos pontos mais importantes desse movimento era a revisão dos quadros do serviço público, estabelecendo carreiras e métodos adequados de seleção e reduzindo a padrões bem definidos a multiplicidade, em grande parte sem base científica ou lógica, das remunerações[34].

Nesse período, Reis também manteve em circulação a revista *Administração Pública*, equipou a Biblioteca do DSP e criou cursos de preparação e aperfeiçoamento para servidores públicos[35].

Uma das ações de Reis à frente do DSP foi voltada para a comunidade científica. Schwartzman[36] registra que as atividades científicas e universitárias sofreram no período inicial do Estado Novo com o movimento centralizador varguista. Segundo o autor, para o DASP, o sistema científi-

32 – *Ibidem.*
33 – *Ibidem*, p.127.
34 – REIS, *op. cit.*, 1978, p.55
35 – REIS, *op. cit.*, 1978; MENDES, *op. cit.*
36 – SCHWARTZMAN, *op. cit.*

co e educacional nada mais era do que uma parte de um organismo administrativo maior. Dessa forma, cientistas foram tratados, prioritariamente, como uma classe de funcionários públicos entre outras, tendo as particularidades de sua atividade sido desconsideradas, especialmente nos primeiros anos do Estado Novo. Isso fica evidente, segundo Schwartzman[37], no caso da "lei de desacumulação" de 1937 que proibia servidores públicos de exercerem atividades em mais de um emprego e instituição. O autor argumenta que a maneira como a lei afetou o exercício de ensino e pesquisa por parte dos cientistas constituiu uma demonstração de como ainda era frágil a institucionalização da ciência no Brasil. "Apartadas do mundo acadêmico, e sujeitas às regulações formais e aos salários decrescentes do serviço público", escreveu Schwartzman[38], "quase todas as instituições de pesquisa aplicada entraram num período de declínio. Todas as atividades científicas e universitárias foram golpeadas duplamente pelo movimento centralizador". Sobre isso, Reis comentou:

> As relações do DASP foram tensas com todo o mundo científico, porque o DASP estabeleceu um regulamento de funcionário público para escriturário e queria que aquilo se aplicasse a todo mundo. Além disso, o DASP tinha aquela história de fazer os padrões dele e queria que fossem aplicados nos estados, igualzinho – problema de salários. Então, carreiras que, naquele tempo, para o governo federal não tinham importância nenhuma, hoje tem, como agrônomo, que era uma área muito desenvolvida aqui, porque tínhamos o Instituto Agronômico de Campinas. Para essas carreiras, eles botavam salários que, naquele tempo, eram muito inferiores aos salários, por exemplo, dos médicos. Isso, aqui em São Paulo, já naquele tempo, não se entendia[39].

A atuação de José Reis – um cientista de formação, que entendia as especificidades do trabalho de pesquisa e ensino e que tinha fortes vínculos com a comunidade científica – como diretor do DSP, um representante das políticas administrativas do governo Vargas, apresenta uma importante contradição e o coloca no interior dessa tensão que o mesmo men-

37 – *Ibidem.*
38 – *Ibidem*, p.25.
39 – REIS, *op. cit.*, 2010, p.26.

ciona. Massarani, Burlamaqui e Alves[40] registram que durante o período em que foi diretor do DSP, Reis escreveu o I Plano de Classificação de Cargos do Serviço Civil de São Paulo, que teve força de lei. O plano acabou consolidando o Regime de Tempo Integral (RTI) e estabeleceu critérios para ingresso nos institutos de São Paulo. "No texto", argumentam Massarani, Burlamaqui e Alves[41], "Reis incorporou discussões já antigas entre os cientistas sobre a necessidade de um regime específico que substituísse a necessidade de 'bicos' para a sobrevivência dos pesquisadores". Mendes[42] registra ainda que Reis equiparou o salário de agrônomos e biologistas ao de médicos, atendendo a uma demanda antiga das categorias paulistas. Reis comentou:

> Quando era diretor [do DSP], fiz no Butantã uma reforma que acabava com todas as divisões, fazia um corpo técnico e criava a possibilidade de chefia. Aquilo se articulava conforme os interesses momentâneos e, depois, mudava. Não era obrigado ter a vida inteira uma mesma seção, podia acabar se não houvesse mais interesse. Fiz essa mudança, mas depois desfizeram porque precisava ter tudo mesmo compartimentalizado[43].

Enquanto se dedicou à direção do DSP, Reis interrompeu sua atividade científica, como comentou em entrevista: "durante esses três anos, parei o trabalho de laboratório"[44].

Em texto publicado pouco antes de sua morte, Reis descreveu o período em que foi diretor do DSP como "tormentoso"[45]. Embora nunca tenha entrado em detalhes sobre as dificuldades, resistências e limites que encontrou durante sua passagem pelo órgão, Reis comentou:

> O expediente em meu gabinete começava às 8 e estendia-se até as 23 horas, quando se encerravam os cursos. É fácil imaginar como vivia

40 – MASSARANI; BURLAMAQUI; ALVES, *op. cit.*
41 – *Ibidem*, p.34.
42 – MENDES, *op. cit.*
43 – REIS, *op. cit.*, 2010, p.24-25.
44 – *Ibidem*, p.30.
45 – GONÇALVES, Nair; REIS, José. Veículos de Divulgação Científica. In: KREINZ, Glória; PAVAN, Crodowaldo (Orgs.). *Os donos da paisagem*. São Paulo: NJR/ECA/USP, 2000, p.140.

> eu, assoberbado de trabalho, o que era agradável, e ao mesmo tempo enojado com o ambiente de perfídias e absurdas pretensões de elementos geralmente bem apadrinhados.
>
> Apesar de agir com lisura e cientificamente no trato da administração, não deixei de sofrer verdadeiro martírio no exercício daquele posto. Políticos desejosos de manipular a administração a seu talante[46] e avessos ao que então se chamava de "sistema de mérito", combatiam-me com as armas que dispunham. Funcionários habituados a privilégios indefensáveis não perdoavam as normas moralizadoras. Contra eles, se voltavam especialmente os contumazes acumuladores de cargos, em desafio à lei e ao interesse público[47].

Reis chegou a comentar também que sua participação no DSP causou incômodo, por se tratar de um "biologista num cargo de mais alta administração"[48], mas jamais especificou o que pode ter sido esse incômodo.

Com o fim do Estado Novo, iniciou-se um processo de transição política no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). O alinhamento total aos Estados Unidos, a retomada de princípios liberais, o fim da censura aos meios de comunicação, a promulgação de uma nova constituição e a descentralização política e administrativa foram algumas das marcas no novo período. O DASP e o DSP continuaram existindo, mas passaram por um processo de reestruturação, que resultou nos seus parciais esvaziamentos. A partir de então, suas funções assumiram um caráter de assessoria, exceto no tocante à seleção e aperfeiçoamento de pessoal, área em que se mantiveram como órgãos executores[49]. Em entrevista ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Reis afirmou que "o político é contra, não aceita um órgão tão poderoso, tão racionalizador"[50] ao comentar o fim do DSP com o fim do Estado Novo.

46 – Em seu próprio interesse.
47 – REIS, *op. cit.*, 1978, p.54-57
48 – GONÇALVES; REIS, *op. cit.*, p.68.
49 – CPDOC/FGV, *op. cit.*
50 – REIS, *op. cit.*, 2010, p.28

Mendes e Massarani, Burlamaqui e Alves[51] registram que, ao deixar o cargo de direção do DSP, Reis foi convidado, em 1946, pelo interventor do estado que sucedeu Fernando de Sousa Costa, José Carlos de Macedo Soares (1883-1968), e pelo reitor da Universidade de São Paulo (USP), para participar do projeto de criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) da USP, hoje denominada Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA). Segundo Mendes, "com a idéia de ensinar Administração como ciência, José Reis procurou reunir sociólogos, juristas, psicólogos, historiadores que desenvolvessem uma nova perspectiva de administração"[52]. As autoras comentam que a passagem de Reis pela USP foi curta, mas as fontes consultadas não permitem uma consideração sobre a exata duração dessa passagem, nem as razões para sua saída. Em entrevista, Reis registrou apenas que sua decisão de voltar ao Instituto Biológico deveu-se à "ciumeira de alguns professores" e ao ambiente não muito favorável para desenvolver um trabalho sem influências políticas[53].

Figura 1: José Reis, à direita, em reunião do Departamento de Administração Pública do Estado de São Paulo, em 1945. Fonte: Acervo José Reis, Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz.

51 – MENDES, *op. cit.;* MASSARANI; BURLAMAQUI; ALVES, *op. cit.*
52 – MENDES, *op. cit.*, p.126.
53 – REIS, *op. cit.*, 2010, p.37.

Durante o período em que esteve à frente do DSP, os jornais cobriram sua atuação. Em texto escrito em 1978, Reis criticou essa cobertura da imprensa, segundo ele: "infiltrada de servidores públicos ociosos, que gostosamente se prestavam a veicular todas as inverdades"[54]. Neste contexto, buscamos os jornais impressos como fontes históricas para compreender a maneira como os jornais brasileiros registraram e representaram a passagem de Reis pelo DSP e demais atividades ligadas à administração pública que ele manteve na década de 1940.

Dado que o uso da imprensa escrita como fonte para o estudo da trajetória de José Reis permanece incipiente, este estudo permite recuperar detalhes de sua trajetória que não estão documentados em outras fontes, preencher lacunas sobre sua carreira e apontar algumas reflexões sobre a inserção dos cientistas brasileiros na política e na máquina burocrática do Estado durante o Estado Novo, em um momento de consolidação da ciência brasileira.

Metodologia

Luca[55] e Leite[56] observam que nas últimas décadas o uso de jornais impressos como fonte e objeto de pesquisa histórica vem adquirindo progressiva importância. Este estudo buscou lidar com as possibilidades, os limites e os procedimentos teórico-metodológicos implicados no esforço de uma escrita da história por meio da imprensa.

Esta pesquisa foi possibilitada pela existência de acervos digitalizados dos principais periódicos nacionais, fator que estimula a disseminação desse tipo de estudo[57]. Para a sua realização, consultamos a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BNDigital)[58]. A BNDigital é uma fonte de grande relevância para a pesquisa histórica, uma vez que permite o acesso

54 – REIS, *op. cit.*, 1978, p.55.
55 – LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008
56 – LEITE, C. H. F. Teoria, Metodologia e Possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. *Escritas*, v. 7, n. 1, p. 3–17, 2015.
57 – *Ibidem.*
58 – Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/> Acesso em: 10 set. 2021.

gratuito, por meio da Internet, a um amplo acervo de jornais digitalizados. Também consultamos os acervos digitais da *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, três dos jornais mais representativos em tiragem e alcance no país e que têm seus próprios acervos.

A fim de realizar o levantamento, fizemos buscas nos acervos mencionados utilizando a expressão "José Reis" em toda a década de 1940. Esta opção nos permitiu verificar outras atividades de Reis relacionadas à temática da administração pública e como os jornais associaram essas atividades com outras de Reis, relativas à ciência e à divulgação científica. Ao todo, foram investigadas 2.509 páginas em 97 jornais de todo o Brasil. Entre estas, selecionamos os registros que efetivamente se referem ao personagem em questão, entre os milhares de resultados relativos a homônimos.

O uso da imprensa como fonte para estudos de trajetórias de vida e carreira de pessoas que participaram das elites dirigentes requer alguns cuidados metodológicos de crítica documental das fontes e consideração do seu contexto histórico e político que buscamos levar em conta na análise do *corpus* desta pesquisa. Como apontam Elmir, Luca, Karawejczyk e Leite[59], os jornais são importantes veículos de ideias, valores, projetos políticos, representações sociais e modos de pensar e agir de uma época. Eles testemunham e registram a história e por meio deles é possível identificar e compreender processos no interior das sociedades que dificilmente são encontrados em outros tipos de fontes. No entanto, os jornais não podem ser vistos como meros transmissores imparciais e neutros ou como porta-vozes de toda uma sociedade. Os jornais são agentes políticos e culturais ativos, veiculam anseios de grupos minoritários e interferem nas dinâmicas políticas, ao passo em que são também resultado de conflitos e interesses no interior de uma sociedade, sujeitos a interferências internas e externas, regulados por leis e regras de conduta, entre outras questões.

59 – ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, n. 13, 1995; LUCA, *op. cit.*; LEITE, *op. cit.*; KARAWEJCZYK, M. O Jornal como Documento Histórico - breves considerações. *Historiæ*, v. 1, n. 3, p. 131–147, 2010.

Sendo a mídia um significativo ator político na vida de uma sociedade e tendo o papel de trazer determinados temas à esfera pública, as condições e motivações que levam à decisão de tornar algo notícia e a silenciar sobre outros fatos devem, na medida do possível, ser consideradas em uma pesquisa. Por conta dessas questões, cada órgão de imprensa precisa ter suas características e peculiaridades próprias consideradas em uma pesquisa histórica. Eles devem ser relacionados ao contexto histórico de sua produção, contextualizados quanto aos interesses que representam e analisados em constante diálogo com outras fontes.

Nesta pesquisa, foi necessário considerar o uso, o controle e a influência que o Estado Novo exerceu sobre a imprensa como estratégico para a propaganda do governo e para a difusão de sua doutrina[60]. O regime dispunha do jornal *A Manhã* (RJ) como seu órgão de imprensa oficial[61]. Os jornais *A Noite* (SP) e *O Dia* (RJ) tornaram-se igualmente os principais órgãos de propaganda do regime[62]. *O Estado de São Paulo* (SP), o maior jornal do estado na época, foi confiscado e administrado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo, de março de 1940 a dezembro de 1945[63]. Todos os outros órgãos de imprensa passaram por censura prévia realizada pelo DIP, quando não por pressões de ordem política e financeira[64]. Capelato[65] registra ainda a adesão e concordância de setores da imprensa com as políticas do governo e a troca de verbas, favores e o atendimento a certas reivindicações de classe, como por exemplo a regulamentação profissional que garantia direitos aos trabalhadores da área, por apoio ideológico. Os periódicos reproduziram os discursos oficiais, deram ampla divulgação às inaugurações, reforçaram a figura de Vargas como popular, generoso e paternal e da população como grata e respeitosa ao líder, além de buscaram apresentar a conduta de

60 – CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999; SCHWAB, Mariana de Castro, *op. cit.*
61 – CPDOC/FGV, *op. cit.*
62 – CAPELATO, *op. cit.*
63 – *Ibidem.*
64 – *Ibidem.*
65 – *Ibidem.*

Vargas e seus auxiliares como modelo de virtudes a serem seguidas pelos cidadãos[66].

Nos últimos anos do regime, os conflitos e contradições com a imprensa afloraram e é possível considerar que a derrubada do regime se iniciou com as movimentações da imprensa [67]. Destacaram-se, nessa oposição, os jornais *O Globo* (RJ) e *Correio da Manhã* (RJ)[68]. Com a queda do Estado Novo em 1945, iniciou-se um novo ciclo para a imprensa brasileira, que passou a se opor abertamente às políticas e heranças varguistas. Nesse sentido, mostrou-se necessário observar a cobertura realizada pelos jornais até 1945 como parte importante do discurso que fundamentou o regime. A partir de 1946, os registros jornalísticos foram observados tendo em vista seu papel no novo contexto político.

A presença de José Reis nos jornais da década de 1940

Ao todo, chegamos a um *corpus* de 311 registros em 37 jornais. Os jornais em que encontramos o maior número de registros foram: *Correio Paulistano* (SP) (96), *O Estado de São Paulo* (SP) (65), *Folha de São Paulo* (SP) (19), *Diário de Notícias* (RJ) (19) e *O Jornal* (RJ) (17). Os 311 registros dividem-se em seis conjuntos. O primeiro e maior deles é composto de 162 registros nos quais José Reis é mencionado apenas como diretor do DSP. O segundo conjunto é composto por 108 registros e neles Reis aparece estritamente como pesquisador do Instituto Biológico e especialista em doenças de aves. Há um único registro em que Reis é mencionado tanto como diretor do DSP quanto como ligado ao Instituto Biológico. Este registro está computado no primeiro conjunto (de registros de Reis como diretor do DSP), uma vez que o motivo que o levou a ser mencionado foi a posição ocupada no órgão. Este único registro com as duas filiações institucionais de Reis será melhor abordado mais à frente. O terceiro conjunto é composto por 12 registros nos quais Reis é mencionado realizando outras atividades ligadas à administração pública

66 – *Ibidem.*
67 – CPDOC/FGV, *op. cit.*
68 – *Ibidem.*

(como palestras sobre o tema). O quarto conjunto é composto por 11 registros em 1948 nos quais Reis é mencionado em sua curta passagem pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP. O quinto conjunto é composto de 8 registros que mencionam a presença de Reis entre os fundadores da SBPC em 1948. Um sexto conjunto, nomeado "outros", é composto por registros de Reis em outros tipos de atividades, como uma participação sua em um concurso literário em 1949.

No Gráfico 1, é possível observar a distribuição dos registros pela década de 1940. Entre os anos de 1943 e 1946, houve um aumento significativo da presença de Reis nos jornais devido à cobertura que os mesmos realizaram das suas atividades como diretor do DSP.

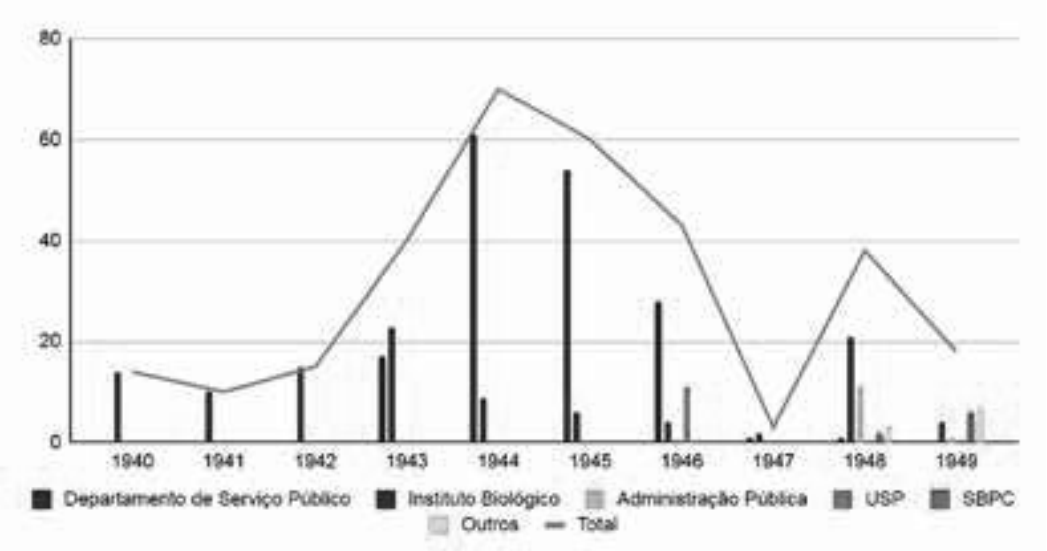

Gráfico 1: Distribuição dos 311 registros da década de 1940 conforme ocupação de José Reis.
Fonte: autoria própria.

Entre 1944 e 1947, nota-se que as menções à atuação de Reis como especialista em doenças de aves caem progressivamente, sendo retomada apenas em 1948. Em 1947, depois que Reis foi exonerado do cargo de diretor do DSP, houve um hiato de baixa presença generalizada de seu nome na imprensa. Essa presença é retomada nos dois anos seguintes com menções à sua atuação no IB e outras situações.

A análise do *corpus* dessa pesquisa revelou três principais aspectos da cobertura que os jornais fizeram da atuação de José Reis na adminis-

tração pública. A seguir, expomos cada um dos aspectos em um tópico diferente.

O cientista-administrador: retórica de racionalidade e cientificidade na modernização da administração pública

O primeiro aspecto que ressalta da análise dos registros que compõem nosso *corpus* é a retórica de racionalidade e cientificidade que teria sido adotada por José Reis na condução do DSP e na defesa das reformas propostas pelo regime. Os discursos e entrevistas de Reis apresentados pelos jornais oferecem a imagem do diretor do DSP como o defensor de uma administração racional e científica, e o apresentam como um representante da lógica que o Estado Novo buscava implementar na administração pública - praticando os princípios e métodos de uma administração científica importada dos Estados Unidos - e, igualmente, como um representante do *ethos* científico, confirmando a análise de Mendes[69].

Dois exemplos ilustram esse aspecto. O primeiro é um discurso de Reis no qual, segundo apresentam os jornais, ele teria utilizado uma retórica de racionalização da administração pública. Os registros mostram como Reis foi vinculado pelo jornal ao ideário do regime varguista. Em 1943, José Reis teria participado das comemorações do dia do funcionário público, no Teatro Municipal de São Paulo, já empossado como diretor do DSP.

O jornal *O Estado de São Paulo* (SP), sob intervenção, registrou o "brilhante discurso" de Reis[70]. Segundo o jornal, Reis teria feito elogios ao funcionalismo público como um "conjunto digno e paciente, operoso e persistente, de cujas mãos o interesse comum tem recebido, sem hiatos de continuidade, alguns dos seus melhores serviços"[71]. Em seguida, Reis teria criticado a situação precária do funcionalismo até aquele momento, segundo ele resultado "de uma série de erros de administração geral, da

69 – MENDES, *op. cit.*
70 – A comemoração do dia do funcionário público em São Paulo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 29 out. 1943, p.7.
71 – *Ibidem.*

ausência de planos de organização, de inexistência de critérios definidos para escolha e aperfeiçoamento do pessoal"[72]. Mas teria elogiado os esforços que o presidente Getúlio Vargas vinha fazendo desde a Revolução de 30 e que culminaram na criação do Departamento Administrativo do Serviço Público e na promulgação do Estatuto dos Funcionários Públicos:

> Esta a situação de suma gravidade em que o interventor Fernando Costa encontrou a administração do Estado e que ele se apressou a corrigir pela aplicação de remédio e fórmulas semelhantes àqueles que o governo federal havia, com tanto êxito, ensaiado" [...] "daí surgiu o DSP de S. Paulo, modelado à feição do DASP[73].

Segundo o jornal *A Manhã* (RJ), jornal oficial do regime, que também repercutiu o discurso, Reis teria dito que:

> Ele veio, o Departamento de Serviço Público, para melhor aproveitar e estimular os impulsos construtivos dos que servem à causa pública; para eliminar da administração os fenômenos parasitários, as interferências, os desajustamentos. Para impor o primado do mérito, garantindo aos mais capazes o ingresso e o progresso na carreira pública. Para democratizar a função pública. Para significar e proteger o próprio funcionário[74].

A matéria ainda registrou como a "racionalização do serviço" propagada por Reis fazia parte do espírito das propostas do "presidente Getúlio Vargas, que estendeu sobre o país esse admirável sistema de garantias, cuidando ao mesmo tempo do funcionário e da função, da eficiência e da economia pública"[75]. "O Governo", teria dito Reis, "de uma feita, não vê mais no funcionalismo uma clientela eleitoral destinada à exploração do voto, para satisfazer ambições políticas, mas uma classe consagrada ao serviço da Nação e beneficiada pelas garantias legais"[76]. Reis ainda teria defendido a criação de um quadro único reunindo cargos e funções dispersas em carreiras comuns, a criação de um abono familiar para ser-

72 – *Ibidem.*
73 – *Ibidem.*
74 – As solenidades do dia do funcionário, em São Paulo. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 30 out. 1943, p.8.
75 – *Ibidem.*
76 – *Ibidem.*

vidores com filhos e a criação de cursos de aperfeiçoamento para os servidores[77].

Outro exemplo mostra a perspectiva científica e erudita que Reis teria buscado imprimir em sua fala. Em 1944, o DSP criou cursos de Administração quando Reis era diretor geral do órgão. Em julho, houve a cerimônia de abertura, com presença do interventor Fernando Costa e de José Reis, entre outros, na Escola Estadual Caetano de Campos, no bairro da Consolação[78]. O jornal *O Estado de São Paulo* (SP) cobriu a inauguração dos cursos e a aula inaugural dada por Reis. Segundo o jornal, o tema da aula teria sido "A organização como meio natural de administração":

> O orador fez um longo estudo do Trabalho e da Organização, citando abundantemente os filósofos gregos e latinos; estudou a sociedade humana, as sociedades animais e os agrupamentos bárbaros. Referiu-se ao advento da máquina e à rotina dos primitivos métodos de fabricar e vender, à produção e distribuição das riquezas, à especialização, preconizando uma atitude científica semelhante à que permitiu o surto que profundamente modificou o panorama industrial e econômico do mundo"[79].

Então, Reis teria tratado "do trabalho racionalizado, a organização no seu sentido atual e os seus vícios, afirmando que eles devem ser tenazmente combatidos como atitude pseudo-científica"[80]. No final de sua "brilhante palestra", Reis teria feito uma defesa entusiasmada da organização racional do funcionalismo público:

> Eu concluo, ainda, que a organização racional não anula ou mecaniza o homem, mas antes lhe dignifica e lhe exalta o conceito. E nem podia ser de outra forma, pois ela estuda o homem integral e não apenas o homem vasos, músculos e nervos dos livros de Fisiologia, ou o homem mecânico dos livros de Física, ou o homem reflexo da Psicologia, ou o homem-família dos livros de Moral, mas o homem-

77 – A comemoração do dia do funcionário público em São Paulo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 29 out. 1943, p.7
78 – Cursos de Administração. *Correio Paulistano*, São Paulo, 05 jul. 1944, p.4
79 – Solenemente inaugurados ontem os cursos de administração do departamento do serviço público. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 07 jul. 1944, p.6.
80 – *Ibidem.*

> -soma de todos esses homens, incorporado ao seu grupo de que é dissociável e no pleno exercício de suas atividades mais características, que é a faculdade criadora, seja no reino do pensamento, seja no reino das coisas materiais. Ela aproveita, pois, para o aperfeiçoamento do trabalho humano, numa síntese estupenda, todas as ciências e todos os métodos científicos que têm servido ao estudo, ao conhecimento e à compreensão do homem[81].

Elogios e críticas à atuação de José Reis no Departamento de Serviço Público do Estado de São Paulo

O segundo aspecto que ressalta de nossa análise é a existência de dois momentos na sua passagem como diretor do DSP: um primeiro momento de ascensão e celebração da sua figura e um segundo de crítica e queda de Reis.

A nomeação de José Reis como diretor do DSP foi publicada em uma pequena nota pelo jornal *A Manhã* (RJ), no dia 08 de agosto de 1943[82]. Entre o momento em que assumiu o cargo, em 1943, e o fim do Estado Novo em 1945, houve uma ampla celebração de José Reis nos jornais, com muitos elogios à sua postura, inteligência e atuação.

Em 1944, por exemplo, o jornal *Correio Paulistano* (SP) celebrou o 37º aniversário de José Reis na coluna *Vida Social* do jornal. A nota descreveu Reis como "dotado de belas qualidades morais, inteligência viva e cultura vasta" e acrescentou que "à frente do DSP, a sua ação racional e eminentemente prática vem merecendo os maiores méritos de quantos têm tido oportunidade de acompanhar o excelente desenvolvimento desse importante órgão da administração pública estadual"[83].

Ainda em 1944, Reis discursou em cerimônia de lançamento da pedra fundamental do edifício do DSP, no bairro da Liberdade, na presença do prefeito Prestes Maia (1896-1965) e do presidente Getúlio Vargas. O periódico *A Noite: Ilustrada* (RJ), órgão de difusão dos princípios do re-

81 – *Ibidem.*
82 – Pequenas Notas. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 08 ago. 1943, p.4.
83 – Vida Social. *Correio Paulistano*, São Paulo, 11 jun. 1944, p.4.

gime, publicou um registro do momento (Figura 2)[84]. Após o discurso de Reis, Vargas o teria cumprimentado e, segundo registraram o *Jornal do Commercio* (RJ) e o jornal *A Noite* (RJ), teria dito que se sentia "satisfeito por ver que este Departamento é dirigido por gente nova, que tem, também, uma mentalidade nova"[85].

Quando o chefe da Nação presidia a solenidade do lançamento da pedra fundamental do Palácio do Serviço Público, vendo-se o momento em que falava o Sr. José Reis.

Figura 2: José Reis discursa, durante lançamento da pedra fundamental do edifício do DSP, na presença de Getúlio Vargas. Fonte: *A Noite: Ilustrada*, Rio de Janeiro, 09 mai. 1944, p.11

Em junho de 1945, Reis concedeu uma entrevista ao jornal *Correio Paulistano* (SP) posicionando-se favoravelmente à proposta de que as funcionárias públicas utilizassem uniformes na administração pública como uma forma de prevenir "complexos de inferioridade" entre elas. Na ocasião, o jornal publicou uma foto de Reis e referiu-se a ele como "o dinâmico orientador da nossa máquina administrativa"[86].

84 – As comemorações do "dia do trabalho" em São Paulo. *A Manhã: Ilustrada*, Rio de Janeiro, 09 mai. 1944, p.11.
85 – Em São Paulo. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 03 mai. 1944, p.3; Grandes obras que serão realizadas em São Paulo. *A Noite*, Rio de Janeiro, 03 mai. 1944, p.2.
86 – O funcionalismo se manifesta: as funcionárias devem ou não usar uniformes dentro das repartições? *Correio Paulistano*, São Paulo, 22 jun. 1945, p.12.

Figura 3: José Reis, então diretor do DSP, concede entrevista ao repórter do jornal Correio Paulistano em 1945.
Fonte: *Correio Paulistano*, São Paulo, 22 de jun. 1945, p.12.

A visão positiva sobre Reis também pode ser observada na cobertura que os jornais fizeram em outras situações. Há entrevistas com Reis, ou menções positivas ao seu nome, em matérias sobre reajustes salariais de funcionários públicos ou sobre novas medidas do funcionalismo, como a determinação de que os exames médicos fossem realizados pelo próprio DSP. Há um registro de uma matéria celebrando a criação da Biblioteca do DSP, que disponibilizava um amplo acervo de livros para consulta dos funcionários públicos, atribuindo sua existência a Reis. Outro registro apresenta a fala de "altas autoridades paulistas" consultadas sobre a importância da participação dos soldados brasileiros na II Guerra Mundial. A opinião de Reis, celebrando os esforços dos pracinhas, está registrada junto à opinião do comandante do Exército, do industrial e político Roberto Simonsen (1889-1948), entre outros[87].

87 – Altas autoridades paulistas falam sobre o desembarque da FEB em solo europeu. *A Noite*, Rio de Janeiro, 20 jul. 1944, p.2.

O tom da cobertura jornalística mudou radicalmente a partir de 1946. A mudança coincide com a queda do Estado Novo, no final de 1945. Com a deposição de Getúlio Vargas, assumiu a presidência o General Eurico Gaspar Dutra. Em São Paulo, assumiu a interventoria federal José Carlos de Macedo Soares. José Reis permaneceu no cargo de diretor do DSP, mas a oposição às políticas do regime varguista, a transição para o momento político pós-Estado Novo, a imprensa sem as amarras da censura varguista e o expurgo da herança de Vargas, fizeram elevar as críticas às políticas da administração anterior. As ações do DSP de São Paulo estiveram entre as críticas do período. A reestruturação do funcionalismo proposta por Reis sob o nome de "Pirâmide Científica", que estabelecia novos critérios para o agrupamento de diferentes carreiras e a distribuição de vencimentos, foi o tema mais criticado.

Em 1946, o *Diário da Noite* (SP) entrevistou Reis sobre reclamações que, segundo o jornal, viriam do próprio funcionalismo público. Reconhecendo a naturalidade e a justiça dos protestos, Reis teria afirmado que: "não é possível agradar a todos, principalmente quando se trata de reestruturação completa do funcionalismo"[88]. Segundo noticiou o jornal, Reis teria dito que as reclamações seriam provenientes do reajustamento de vencimentos e que elas seriam inclusive úteis, uma vez que permitiriam "corrigir o que está errado"[89].

Em fevereiro de 1946, Reis fez uma visita às seções de ciências naturais e ciências químicas da USP como diretor do DSP para ver a condição de trabalho dos pesquisadores e professores de ensino superior e receber os cumprimentos e agradecimentos dos pesquisadores, segundo o jornal *O Estado de São Paulo* (SP), pelo "interesse demonstrado pelo dr. José Reis, na defesa dos direitos dos professores [...], por ocasião do último reajustamento, o que permitiu a todos a continuação do trabalho anônimo dos laboratórios, na tarefa de criar uma verdadeira universidade"[90].

88 – Funcionários reclamam contra o DSP. *Diário da Noite*, São Paulo, 26 mar. 1946, p.10.
89 – *Ibidem.*
90 – Faculdade de Filosofia. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15 fev. 1946, p.7.

O registro dos agradecimentos dos pesquisadores é a única menção positiva a Reis. O restante da matéria adota um tom neutro em relação ao diretor do DSP, sem os elogios escritos pelo próprio jornalista, como o padrão dos anos anteriores. O registro é relevante por conter o discurso de Reis direcionado aos cientistas da USP e por apontar que, em 1946, ainda como diretor do órgão, Reis passou a expor publicamente fortes críticas às resistências que encontrou no reajuste do funcionalismo público.

Segundo o jornal, Reis teria elogiado os cientistas:

> Estando entre vós, estou bem. Sabendo-vos felizes, feliz me sinto. Porque o ambiente em que viveis, de silêncio e pesquisa, de idealismo e renúncia, é o ambiente que amo. E o gênero de trabalho a que vos dedicais, de investigação com o fito de obter o exato conhecimento, é o gênero de trabalho que mais fundamente me encanta[91].

Embora o discurso de José Reis aponte um vínculo com cientistas, em momento algum da matéria é dito que ele também seria um cientista. Talvez sentindo-se confortável entre iguais, Reis teria feito um apanhado de sua presença no DSP e tecido críticas às resistências que encontrou:

> Ao fim de quase três anos de luta, tendo podido abranger em sua inteireza o panorama da administração pública, nem tenho palavras com que vos conte as muitas coisas que vi. Num sistema todo ele profundamente desajeitado, ondas de ressentimentos justos e de veleidades injustas a se atirarem contra o muro do poder. Nem sempre lógica ou sensatez, prudência ou pudor nas reivindicações e nos anseios. Grupos a se degladiarem dentro das mesmas profissões, das mesmas especialidades. Propositadas cegueiras no julgar da importância dos vários misteres, buscando não poucos obter, a todo transe, indefensáveis nivelamentos. O empirismo apedrejando a ciência, o rotineiro querendo sobrepor-se ao pesquisador e ao sábio[92].

Em seguida, Reis descreveu a situação dos cientistas:

> Em meio deste caos, desta luta, a vossa paciência magnífica, trabalhando e esquecendo as injustiças de todo dia. Porque a ciência vos encantava mais do que vos feriam as incompreensões; e a tortura das

91 – *Ibidem.*
92 – *Ibidem.*

> dificuldades materiais era menor que a tortura da perfeição, que vos animava em vários trabalhos[93].

Por último, narrou a mudança salarial dos cientistas:

> Mas de súbito, como nos romances e nas lendas, um gênio compreensivo, filosófico e bom não teve medo de vos fazer justiça, e a fez rápida e exemplar. E deu-vos, com a posição merecida pelo vosso trabalho, a mesma paga a outros não negada, pelos mesmos ou parecidos labores. Belo é o poder em mãos sábias. E porque sou testemunha, agora, do vosso júbilo, e porque de vossos esforços tenho sido espectador silencioso e ignorado, e porque amo a vossa escola e os vossos objetivos, e ainda porque revejo, na pessoa de vosso diretor [André Dreyfus[94]], um dos mestres mais dedicados, e melhores, de minha mocidade, por tudo isso este momento se reveste, para mim, de indescritível alegria. E é vencido pela emoção que vos confesso não merecer agradecimento algum pelo bem que vos alcançou, pela justiça que vos foi feita. Esse bem e essa justiça derivaram do poder do chefe do governo, o embaixador Macedo Soares, que é um bom e um sábio, a quem eu, mais ainda que vós mesmos, devo, neste momento, agradecer, por me haver concedido, com sua confiança, a oportunidade de, como instrumento de seus inteligentes propósitos, dar forma ao seu plano superior de ordem e de justiça, dessa ordem e dessa justiça que tanto vos encantavam e que vos foram tão justamente propícias[95].

Em junho de 1946, o jornal *Correio Paulistano* (SP) publicou quatro duras críticas à reforma do serviço público proposta por José Reis. O primeiro artigo foi publicado em 06 de junho de 1946. O segundo, em 12 de junho de 1946, no dia do aniversário de 39 anos de Reis. O jornal mencionou "erros e abusos cometidos pelo sr. Reis" e criticou especialmente a "famosa 'pirâmide científica' do sr. José Reis"[96]. Os elogios de Reis ao "bom e sábio" interventor Macedo Soares não foram suficientes para mantê-lo no cargo. Uma semana depois, sob intensa pressão, Reis

93 – *Ibidem.*

94 – Biólogo, André Dreyfus (1897-1952) foi um dos fundadores da USP e é considerado uma grande referência nos estudos de genética. Entre 1943 e 1947, Dreyfus foi diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

95 – Faculdade de Filosofia. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15 fev. 1946, p.7.

96 – O DSP contra os antigos chefes de secção das secretarias de estado. *Correio Paulistano*, São Paulo, 12 jun. 1946, p.12.

foi exonerado. O jornal *Correio Paulistano* (SP) registrou que a exoneração foi antecipada, devido às críticas, e decretada no dia 18 de junho de 1946[97].

É importante notar, para fins de registro da trajetória de Reis, que ele atuou como diretor do DSP até meados de 1946, diferentemente do que o próprio afirmou em entrevista, quando disse que atuou no órgão de 1943 a 1945[98]. A consulta aos jornais nos permite, portanto, realizar a seguinte correção: sua atuação à frente do DSP foi de agosto de 1943 a junho de 1946.

No dia 26 de junho, o jornal *Correio Paulistano* (SP) publicou a continuação de sua crítica, em matéria intitulada *Os Excessos do DSP contra o Funcionalismo Público*. Nela, o jornal atacou as diferenças de gratificações de funcionários e o caráter "científico" da organização do funcionalismo proposta por Reis, intitulada "pirâmide científica". "Tem graça!", escreveu o jornal, "pirâmide científica de vilarejo, barreada e pintada de verde, é que ela deve ser!"[99]:

> A essas horas o sr. José Reis já deixou a direção do DSP. Sua demissão não nos surpreendeu, nem ao funcionalismo público, pois era esperada a todo momento. Os ataques cerrados dos nossos comentários, aliás feitos com abundância de detalhes e provas convincentes, devem ter concorrido, sobremaneira, para dar em terra com o novo professor de Ciência da Administração[100], porque não se compreende que, muito embora, mais cedo ou mais tarde, tivesse ele de sair para assumir a sua cadeira de professor, não lhe ficaria bem abandonar o posto justamente no momento em que mais acesa ia a crítica à sua administração. É que, naturalmente, o governo acordou a tempo de ver com quem estava a boa causa e achou melhor ficar ao lado dos seus leais servidores e da administração[101].

97 – Exonerou-se o diretor do DSP. *Correio Paulistano*, São Paulo, 19 jun. 1946, p.5.
98 – REIS, *op. cit.*, 2010, p.25.
99 – Os excessos do DSP contra o funcionalismo do Estado. *Correio Paulistano*, São Paulo, 26 jun. 1946, p.11.
100 – A nomeação de Reis como professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas será melhor abordada na próxima seção.
101 – Os excessos do DSP contra o funcionalismo do Estado. *Correio Paulistano*, São Paulo, 26 jun. 1946, p.11.

Em 09 de julho, depois da posse do novo diretor do DSP, Ângelo Zanini, o jornal *Correio Paulistano* (SP) voltou a criticar Reis mencionando "erros, incúrias e abusos praticados à sombra da tal Pirâmide Científica", dizendo que ele "transformou o Estatuto em Código Penal dos Funcionários" e questionando um excesso de princípios científicos[102]:

> O DSP, desde que foi criado pelo decreto lei 12.521, de 23-1-42, só tem praticado absurdos, pode-se dizer. Começou pelo reajustamento dos quadros do funcionalismo, teimando, obstinadamente, em enxertar princípios científicos em doses maciças, numa organização antiga, [...] e, o que foi pior, sem preparar o ambiente. [...] Os homens então responsáveis pela organização do DSP e pela máquina administrativa do Estado nunca consideraram que uma coisa é implantar um sistema científico numa instituição que se inicia e outra é implantá-lo numa organização antiga, de moldes inteiramente diferentes, onde há interesses de toda a espécie a serem considerados e, em muitos casos, respeitados. Foram logo às de cabo, arrasando céus e terras, invertendo a ordem natural das coisas[103].

Na segunda metade da década de 1940, Reis deu palestras sobre administração pública e foi se tornando uma referência na área. Em novembro de 1945, por exemplo, teria dado uma palestra na Biblioteca Municipal intitulada "A educação do ponto de vista do serviço público"[104]. Depois de exonerado, Reis prosseguiu atuando nos debates sobre a administração pública. Em 1948, depois de ter sido exonerado do DSP, Reis deu uma série de palestras na Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (AFPSP). No jornal *Folha da Manhã* (RJ), Reis é mencionado como parte da Comissão de Estudos Sociais da Associação em ciclo de debates sobre "reajustamento do funcionalismo"[105].

Em agosto de 1948, o *Jornal de Notícias* (SP) registrou a palestra de Reis sobre a "Organização do quadro norte-americano e tipo de promo-

102 – O DSP e a administração pública do Estado. *Correio Paulistano*, São Paulo, 09 jul. 1946, p.16.
103 – *Ibidem.*
104 – IDORT: jornada de educação. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 05 dez. 1945, p.7.
105 – Reuniu-se ontem a comissão de reajustamento do funcionalismo. *Folha da Manhã*, São Paulo, 18 dez. 1948, p.2.

ções", onde (nos EUA), para Reis, segundo noticiou o jornal, "o problema foi resolvido dentro do princípio de justiça e equidade"[106]. O registro aponta para o fato de que, depois de exonerado, Reis teria prosseguido realizando uma defesa dos princípios e métodos de uma administração científica, segundo os modelos importados da experiência norte-americana que ele aprendeu em sua passagem pelos Estados Unidos na década de 1930 e buscou implementar com sua atuação à frente do DSP na década de 1940.

Cientista ou administrador? A desvinculação de atividades de uma carreira polivalente

O terceiro aspecto que ressaltamos da análise do *corpus* é a desvinculação na representação pública feita nos jornais entre o cientista pesquisador do Instituto Biológico e especialista em doenças de aves e o administrador público. As duas figuras são tão desvinculadas uma da outra que um observador desavisado poderia supor se tratar de duas pessoas diferentes. Embora Reis fosse um cientista na administração pública, utilizasse uma retórica científica, e, nas palavras de Mendes[107], mantivesse um *ethos* científico em sua passagem pela máquina burocrática do Estado, aos olhos dos jornais, sua filiação institucional pregressa e sua condição de pesquisador e já renomado especialista em doenças de aves se mantiveram separadas da incipiente carreira de administrador. Durante todo o período de Reis como diretor do DSP há apenas dois registros em que as duas funções são mencionadas.

O primeiro, é a pequena nota já referida sobre o 37º aniversário de Reis na coluna *Vida Social* do jornal do jornal *Correio Paulistano* (SP). Na ocasião, em 1944, Reis foi descrito como chefe da seção de ornitopatologia do Instituto Biológico e diretor geral do Departamento de Serviço Público[108]. Trata-se, entretanto, de uma nota muito pequena em uma coluna social.

106 – Associações. *Jornal de Notícias*, São Paulo, 07 ago. 1948, p.6.
107 – MENDES, *op. cit.*
108 – Vida Social. *Correio Paulistano*, São Paulo, 11 jun. 1944, p.4.

A segunda exceção é a polêmica gerada em torno da nomeação de José Reis como catedrático da recém criada Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP. Como registrou o *Correio Paulistano* (SP) em 24 de julho de 1946, "a nomeação sem concurso motivou críticas"[109].

Em março de 1946, o jornal *O Estado de São Paulo* (SP) lançou um editorial atacando os "tenebrosos oito anos de ditadura", "cujo balanço das devastações causadas [...] apenas agora começa", "rasgando o véu espesso sob o qual se escondia a repugnante realidade imperante nos mais variados setores administrativos do Estado"[110]. O jornal denunciou práticas de "suborno, mentira, cinismo e pouca vergonha" e o "nivelamento por baixo" na administração pública como heranças de Vargas[111]. Como exemplo, mencionou o "lamentável caso" da "organização da já agora famigerada Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais" e, mais especificamente, a nomeação em caráter definitivo pelo interventor federal de José Reis:

> "ocupante [...] da carreira de Biologista [...], da Parte Permanente do Quadro Geral, lotado no Departamento de Defesa Sanitária, da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, para exercer, em regime de tempo integral e com direito ao acréscimo [...], o cargo de professor Catedrático, [...] da cadeira de Ciência da Administração"[112].

"Note-se ainda esta singular anomalia", escreveu o jornal, "o sr. José Reis é um biologista, chefe, se não nos enganamos, até há quatro ou cinco anos atrás, de laboratório no Instituto Biológico. Agora, vemo-lo catedrático de Ciência da Administração. Positivamente há qualquer coisa de errado em tudo isso!"[113]. É interessante que o jornal parece desconhecer que o José Reis biologista é o mesmo José Reis diretor do DSP, dando a entender que se trata de um caso de favorecimento e corrupção. Em 1946,

109 – SANTOS, Maximo de Moura. Uma injúria ao magistério. *Correio Paulistano*, São Paulo, 24 jul. 1946, p.11.
110 – Notas e Informações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 mar. 1946, p.3.
111 – *Ibidem.*
112 – *Ibidem.*
113 – *Ibidem.*

o jornal publicou 3 editoriais questionando a nomeação de Reis. É curioso e trágico que Reis, defensor de uma organização racional e científica do Estado e defensor de concursos públicos para o funcionalismo público, tenha sido acusado de ser nomeado de maneira fraudulenta.

Em 24 de outubro de 1946, o jornal *Correio Paulistano* (SP) publicou que Reis e outros quatro professores nomeados pelo interventor (Sud Mennucci[114], Laerte de Almeida Morais, Afonso de Toledo Piza e João de Oliveira Filho) teriam sido exonerados. Com a exoneração, Reis teria sido readmitido no Departamento de Defesa Sanitária da Secretaria de Agricultura de São Paulo[115].

Depois da exoneração de Reis do cargo de diretor do DSP, a partir de 1948, seu nome aparece em outros registros novamente como renomado especialista em doenças aviárias. Em 1948 e 1949, o nome de José Reis também aparece relacionado à fundação da SBPC e à organização do I Congresso da entidade. Nesses registros, não identificamos referência à função de diretor do DSP ou mesmo à sua experiência no campo da administração pública. A análise do *corpus* indica que a passagem de Reis pelo DSP, as críticas recebidas ao final de sua gestão e o episódio de sua nomeação para a FCEA não alteraram, nos jornais, a imagem pública que Reis dispunha anteriormente como pesquisador do Instituto Biológico e especialista em doenças de aves.

---

114 – Importante educador, Sud Mennucci (1892-1948) esteve muito ligado ao Estado Novo. Durante o regime, Mennucci foi diretor geral do Departamento de Ensino e diretor do jornal *O Estado de São Paulo* (sob intervenção). Após a queda do regime, abandonou os cargos e foi nomeado pelo interventor Macedo Soares como professor catedrático de História, Geografia e Sociologia da Faculdade de Ciências Econômicas da USP. Assim como no caso de José Reis, sua nomeação também foi alvo de polêmica e críticas na imprensa, como registrou Menezes em MENEZES, Lis Angelis Padilha de. *Sud Mennucci - educador paulista: arcaico ou profeta?* Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2015. Segundo a autora, a imprensa defendia que as vagas fossem ocupadas via concurso público e questionou o fato de Mennucci não ter diploma de ensino superior e suas publicações não terem rigor científico.

115 – Exonerados os catedráticos da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas. *Correio Paulistano*, São Paulo, 24 out. 1946, p.10.

Em 1947, depois da exoneração do DSP e da USP, José Nabantino Ramos (1908-1979), então diretor do jornal *Folha da Manhã* (SP) [que, mais tarde, daria origem ao jornal *Folha de São Paulo* (SP)], encontrou em Reis a pessoa que ele buscava para escrever para o jornal sobre questões gerais da administração, o que valeu o convite para colaborar com o jornal[116]. De fato, os textos de Reis de 1947, publicados no Grupo Folha, versavam sobre a administração pública. Alguns deles refletiam interesses da comunidade científica, como questões relativas à aposentadoria e ao regime de tempo integral. Nesse sentido, podemos entender que as críticas que Reis recebeu no final de sua passagem pelo DSP tampouco afetaram significativamente a imagem que ganhou de especialista em administração pública.

Como registram Massarani, Burlamaqui e Alves, no ano seguinte em que começou a escrever para o Grupo Folha – mesmo ano em que participou do grupo que liderou a criação da SBPC –, Reis publicou sua primeira coluna fixa, *No Mundo da Ciência*, criada por sugestão do próprio Ramos, por entender que a ciência merecia divulgação maior do que geralmente lhe dava a imprensa[117]. Assim, iniciou sua contribuição no jornalismo científico do Grupo Folha, atividade que exerceu até o fim da vida em 2002.

Considerações Finais

Polivalente, o cientista e divulgador científico José Reis exerceu atividades em diversas áreas. Entre elas, uma pouco explorada pela literatura que aborda sua trajetória é sua atuação na administração pública, particularmente sua passagem, durante o Estado Novo, pela direção do Departamento de Serviço Público de São Paulo, órgão responsável por cuidar da gestão e reestruturação do funcionalismo público do estado de São Paulo, de acordo com as premissas de modernização e racionalização do Estado do regime encabeçado por Getúlio Vargas.

116 – MASSARANI; BURLAMAQUI; ALVES, *op. cit.*, p.55.
117 – *Ibidem*, p.56.

O objetivo deste artigo foi utilizar a imprensa como fonte histórica e compreender como os jornais brasileiros registraram e representaram a passagem de Reis pelo DSP e demais atividades ligadas à administração pública que manteve na década de 1940. Dado que o uso da imprensa escrita como fonte para o estudo permanece incipiente, este estudo permitiu trazer aspectos de sua trajetória que não estão documentados em outras fontes, e observar como teria se dado a passagem de Reis pela máquina pública aos olhos dos jornais da época.

Para a realização desse estudo, consultamos a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e os acervos digitais da *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, três dos jornais mais representativos em tiragem e alcance no país e que têm seus próprios acervos. A fim de realizar o levantamento, fizemos buscas nos acervos mencionados utilizando a expressão "José Reis" em toda a década de 1940. Esta opção nos permitiu verificar outras atividades de Reis relacionadas à temática da administração pública e verificar como os jornais relacionaram essas atividades com outras de Reis relacionadas à ciência e à divulgação científica. Os jornais foram observados levando em consideração seu contexto histórico e político e seus posicionamentos durante e após o Estado Novo.

A análise do *corpus* de 311 registros em 37 jornais resultante dessa pesquisa, revelou três principais aspectos da cobertura que os jornais fizeram da atuação de José Reis na administração pública.

O primeiro aspecto é a retórica de racionalidade e cientificidade que teria sido adotada por José Reis na condução do DSP e na defesa das reformas propostas pelo regime. A maneira como os jornais apresentaram Reis e como reproduziram seus discursos e entrevistas oferecem a imagem do diretor do DSP como defensor de uma administração racional e científica, apresentando-o como um representante da lógica que o Estado Novo buscava implementar na administração pública – praticando os princípios e métodos de uma administração científica importada dos Estados Unidos – e, igualmente, como um representante do *ethos* científico.

O segundo aspecto que ressalta de nossa análise é a existência de dois momentos na cobertura que os jornais fizeram da passagem de Reis diretor do DSP: um primeiro momento de ascensão e celebração da sua figura, com muitos elogios, e um segundo momento, depois da queda do Estado Novo, de crítica e queda de Reis, com editoriais que veicularam críticas severas. A observação do contexto histórico no qual os jornais estavam inseridos e da existência de dois momentos - a atuação dos jornais até 1945 como parte importante do discurso que fundamentou o regime e a cobertura realizada a partir de 1946, com o fim do regime e o início de um novo ciclo para a imprensa brasileira, passando a se opor abertamente às políticas e heranças varguistas - mostrou-se importante para a compreensão desses dois momentos da presença de Reis nos jornais e dos sentidos que essa cobertura carrega.

No entanto, um terceiro aspecto que emergiu da análise do *corpus* é a desvinculação na representação pública feita nos jornais entre o cientista pesquisador do Instituto Biológico e especialista em doenças de aves com o administrador público. Com isso, nosso estudo dá evidências de que a atuação de José Reis no DSP (entre elogios e críticas) não alterou nos jornais a imagem pública que dispunha anteriormente como pesquisador do Instituto Biológico e especialista em doenças de aves.

Agradecimentos

Este estudo foi realizado no âmbito do Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT) e conta com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Massarani agradece ao CNPq pela Bolsa Produtividade 1B e à Faperj pelo Cientista do Nosso Estado.

Texto apresentado em setembro de 2021. Aprovado para publicação em outubro de 2022.